

10

Ad. F. J. S. -
D. J. S. -

13-11-2016

**Exmo. Senhor Presidente da Comissão
Parlamentar de Inquérito à
Recapitalização da Caixa Geral de
Depósitos e à Gestão do Banco
(CPIRCGDGB)**

S. Bento, 13 de dezembro de 2016

REQUERIMENTO

Assunto: Audição do Inspetor Geral das Finanças, Vitor Miguel Braz

O recente relatório do Tribunal de Contas sobre o *Controlo do Setor Empresarial do Estado efetuado pelo Ministério das Finanças*, focando-se no relatório da Comissão de Auditoria da CGD referente ao 4.º Trimestre de 2015, diz o seguinte:

“As matérias tratadas naquele relatório da comissão de auditoria revelam a existência de imparidades no valor de 1,5mM€ e a exposição da CGD em 4,5mM€. Ainda assim, não há evidências de que esta empresa tenha sido objeto de qualquer ação inspetiva da IGF solicitada pelo acionista”.

“O Ministério das Finanças não solicitou à IGF auditorias à CGD, apesar da existência de matérias e de operações de risco, bem como de fragilidades de controlo interno identificadas pela comissão de auditoria daquela empresa”.

Esta atitude por parte do Ministério das Finanças é de uma enorme irresponsabilidade por menosprezar a situação da Caixa Geral de Depósitos.

Sabe-se, no entanto, que esta atitude por parte do anterior Governo não se circunscreveu apenas ao relatório da Comissão de Auditoria referente ao 4º Trimestre de 2015. Era já uma atitude reiterada.

Já em 2014 - especialmente em relação aos relatórios referentes aos 3º e 4º trimestre - o Ministério das Finanças ignorou informação muito relevante que dava conta do aumento das imparidades na CGD.

Estas informações deveriam ter levado a que o anterior Governo agisse de imediato; no entanto, não foi isso que aconteceu. Ao que se sabe o Ministério nunca solicitou à IGF uma auditoria à CGD, encomendando-lhe apenas pareceres baseados nos relatórios da Comissão de Auditoria da CGD.

Sabe-se hoje também que mesmo esses pareceres ficaram na gaveta durante cerca de meio ano, tendo sido despachados apenas na véspera das eleições legislativas.

Todo este comportamento, a comprovar-se, é profundamente irresponsável. O Governo deixou de querer saber do banco público e do seu desempenho. Perante informações muito relevantes mostrou apenas inação e displicência.

Esta é uma situação muito grave que pode ter prejudicado a Caixa Geral de Depósitos. Importa, por isso, esclarecer se o anterior Governo solicitou à IGF alguma auditoria ou limitou-se a pedir uma mera análise e parecer sobre o relatório da Comissão de Auditoria. Importa também esclarecer o porquê de tanta demora para despachar os pareceres provenientes da IGF.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, vem requerer a audição do Inspetor Geral das Finanças, Vítor Miguel Braz.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira